

Para melhor se entender a Geografia Agrária*

João Rua**

A Geografia sempre se interessou pelo fato agrário, mas, por muito tempo, a maioria dos estudos tem apresentado uma visão dicotômica: ora se isola o rural do urbano e o agrícola do pastoril; ora se separa a agricultura “tradicional” da agricultura “moderna”. Muitas vezes estudamos a chamada agricultura de “subsistência” e a agricultura “comercial” sem se demonstrar as possíveis relações existentes entre estes e outros tipos de agricultura.

Para Ariovaldo de OLIVEIRA, no livro *A agricultura Camponesa no Brasil* (1991:8), a produção geográfica brasileira nasceu sob a crise mundial do modo de produção capitalista; num momento em que o eixo do poder econômico e principalmente político deslocava-se do campo para as classes capitalistas urbanas ligadas ao comércio e à indústria. O capitalismo mundial entrava em sua fase monopolista e a sociedade brasileira tentava adaptar-se a essa nova ordem.

Entretanto, a Geografia que continuava, segundo o mesmo autor, “apegada ao pensamento político que deixava de ser dominante”, manteve um discurso cheio dos valores do capitalismo concorrencial e, tendo nascido “velha”, assim se manteve por muito tempo.

Todavia, era a respeito do campo que se produzia grande parte dos estudos geográficos, que visavam à explicação da dimensão espacial dos fenômenos estudados. Eram as clássicas perguntas a que a Geografia Agrária sempre tentou res-

ponder: onde e para que se produz, quem produz, como se produz.

Privilegiavam-se as relações técnicas de produção. O importante era mostrar como, tecnicamente, se produzia (sistemas agrícolas, tipos de agricultura, objetivos da produção, etc). Os processos sociais que sustentavam a produção quase sempre eram negligenciados. Algumas exceções como VALVERDE, CORREIA DE ANDRADE e PETRONE, dentre outros, que apontavam para a necessidade de uma análise mais ampla, que incluísse outros aspectos sociais da produção e da organização espacial, foram sendo, aos poucos, desconsiderados em detrimento da ciência neutra, quantitativa e pragmática.

Quando da reação a essas tendências, dentro de uma Geografia crítica das formas sociais, chegou-se ao exagero de somente valorizar as contribuições teóricas de fundamentação marxista (o que foi um enorme avanço e, até hoje, constituem sólida base para a análise da chamada “questão agrária”) e negligenciaram-se as contribuições anteriores e, principalmente, o conhecimento empírico produzido com base em trabalhos de campo.

Quando hoje se volta a valorizar a técnica, com apoio nos novos instrumentais (sensoriamento remoto, SIGs), deve ser ressaltado que são, somente, instrumentos e não fundamentos. A difícil aliança entre a teoria e a prática instrumental tem de ser perseguida e sempre alicerçada na pesquisa de campo. Compreender o de-

81

* Este trabalho foi apresentado, em sua maior parte, durante o XIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, de 02 a 06 de dezembro de 1996, no qual o autor fez parte da mesa-redonda intitulada: O Ensino da Geografia Agrária nas Universidades Brasileiras. Desde então sofreu pequenas modificações.

** Professor do Departamento de Geografia da UERJ e do Departamento de Geografia e Meio-Ambiente da PUC-Rio.

envolvimento desigual do modo de produção capitalista significa entender que ele supõe uma reprodução ampliada, isto é, que esta só se dará através da articulação com relações sociais não-capitalistas. Ir ao campo para perceber como se dá, concretamente, o monopólio da produção ou o monopólio da circulação, torna-se, cada vez mais, necessário, já que nos novos instrumentais estes processos dificilmente podem ser observados.

Este trabalho tem como intenção fornecer alguns subsídios para se repensar o ensino de Geografia Agrária na universidade brasileira.

Sabe-se como tem sido difícil para o estudioso de Geografia Agrária estabelecer os limites e as dimensões para o seu campo de estudo. Oscilando entre as abordagens mais voltadas para os componentes técnicos da produção e aquelas mais preocupadas com os aspectos sociais e políticos que caracterizam o processo de transformação do campo, temos ficado sem definição entre o agrônomo e o antropólogo ou sociólogo. Para muitos, esta questão das definições de áreas de atuação parece estar superada. Acredito, entretanto, que, se como especialista/pesquisador, delas necessito menos (já que o importante será a qualidade do trabalho final), como professor/formador de geógrafos e professores de Geografia devo apresentar a meus alunos alguns balizamentos. É muito difícil harmonizar, em estudos de escala local, por exemplo, a necessidade de se cavar trincheiras para análise das características do solo e das suas relações com os cultivos e, ao mesmo tempo, compreender as políticas agrícolas/agrárias com seus corolários de repercussões tanto de ordem econômica como social (e ambiental, correndo o risco de ser redundante). Tudo isto, combinado, vai "redesenhar" o espaço e, dessa maneira, vai ser de interesse da Geografia.

Na verdade, ao invés de se ocupar de um espaço-palco ou espaço-produto, deve-se enfatizar um espaço em permanente mudança onde a sociedade, em seu fazer individual/coletivo cotidiano, re-escrevendo a sua história, se espacializa.

É nessa visão que se procurará definir esta proposta de curso de Geografia Agrária, com a intenção de identificar e analisar esses novos desenhos espaciais ou essas novas espacialidades que, no caso do espaço agrário, não cessam de se manifestar.

Num momento em que, por força dos acontecimentos recentes, os estudos agrários retomam uma dimensão de realce na sociedade brasileira, é preciso que nós, geógrafos, estejamos prontos para os desafios que estão a vir e equacionemos respostas que, certamente, nos serão cobradas.

O ensino de Geografia Agrária nos currículos universitários desenvolve-se, quase sempre, em um ou, no máximo, em dois semestres letivos. Penso que deve ser desdobrado em dois. O primeiro de caráter mais geral e o segundo abordando questões mais específicas. Um caminho talvez seja enfatizar um enfoque mais reflexivo sobre os debates políticos a respeito da questão agrária, no primeiro semestre (não necessariamente o primeiro semestre na universidade), enquanto o segundo semestre de estudos agrários poderia analisar, aprofundadamente, o caso brasileiro. Aí cabem as discussões sobre reforma agrária, complexos agroindustriais, padrões técnicos da agricultura, a pesquisa agrícola, os instrumentos geográficos (cartas temáticas, fotos, geoprocessamento, etc) como recursos auxiliares e os impactos ecológicos da modernização agrícola, por exemplo.

Pensei, neste caso, num curso que sirva, ao mesmo tempo, como o primeiro semestre dos estudos agrários num currículo universitário e, assim, possa ser seguido por outro de cunho mais específico, e como único semestre de Geografia Agrária para aqueles currículos com esta característica (infelizmente uma grande parte). Privilegiou-se uma visão política, embora sem esquecer a importância do grau de desenvolvimento técnico e das relações da agricultura com o restante da economia em suas expressões espaciais.

O curso, objeto deste trabalho, desenvolve-se ao longo de 60 horas/aula, em dois encontros

semanais, contando com o apoio de dois (no mínimo um) trabalhos de campo, em áreas onde domine a grande produção (no caso região açucareira do Norte-Fluminense) e/ou onde a pequena produção esteja presente (no caso região Serrana Fluminense). Utiliza-se uma série de leituras como base para as discussões em sala de aula tendo, como livro de referência, o pequeno, mas eficiente, *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*, de Ariovaldo de OLIVEIRA, que funciona como eixo do curso. As avaliações são quatro, ao longo do semestre, constituídas de duas provas escritas individuais; um relatório individual contendo um resumo de cada aula, uma resenha crítica de cada leitura e o relatório do(s) trabalho(s) de campo.

O primeiro momento do curso consta de uma discussão inicial em que se enfatiza a importância da agricultura e dos estudos de Geografia Agrária e a contribuição dos geógrafos especialistas nesse campo para responder às questões postas por uma sociedade dominada pela lógica do capitalismo monopolista. Este questionamento permanecerá durante todo o curso. Aí se demonstram os limites das abordagens clássicas da Geografia, preocupadas em responder às tradicionais perguntas: para que se cultiva (objetivos da produção); como se cultiva (sistemas agrícolas); onde se cultiva (estrutura fundiária/unidade de produção); quem cultiva (relações de trabalho/produção). São importantes, mas representam uma leitura muito parcial, já que não contemplam os processos que lhes dão sustentação.

É nesse primeiro momento que, também, se chama atenção para as relações entre cidade e campo, como se transformam, como as definições clássicas entre rural e urbano ou agrícola e industrial se tornam cada vez mais complexas. É aí, também, que se trabalha com a idéia de polarização exercida pela cidade em que esta, ao longo da transição do feudalismo para o capitalismo, no caso europeu, e como *locus* inicial para a realização do capital, no caso das outras sociedades, vai concentrando poder político, capital,

cultura, moda etc, impondo ao campo um modo de viver, pensar e agir/produzir antes restrito à cidade. A este processo alguns autores chamam “crise agrária”, isto é, uma crise estrutural da agricultura. Temos claro que não se trata de “penetração” capitalista ou destruição de outros modos de produção (ou mesmo de relações de produção), mas de criação e recriação de relações capitalistas e não-capitalistas, conforme o caso.

É necessário mostrar como o rural se urbaniza e como o agrícola se transforma e reduz a sua importância dentro do processo de produção agrária. As novas estratégias de sobrevivência da família rural para se manter, seja como agricultor de tempo parcial ou como agricultor de culturas “de abandono”, seja no Brasil ou nos países europeus, devem ser aí analisadas, bem como o uso do campo como residência para muitos trabalhadores urbanos. Deve-se observar a crescente complexidade daquilo que ficou conhecido como rural/agrícola e como se distingue, cada vez menos, do urbano.

É muito importante alertar para a dificuldade de generalizações quando se trata de atividades rurais, onde a gama variada de situações nos obriga a trabalhar, simultaneamente, com trabalhadores que lutam pela posse jurídica da terra e pelo acesso a este meio de produção, e com agricultores “pluriativos”, sem que isto signifique a proletarianização como nos ensinavam os clássicos. Por outro lado, o papel dos complexos agroindustriais e dos chamados monopólios da circulação e da produção cristalizam velhas formas de exploração ou (re)criam novas que têm significado a manutenção de penúria para grande parte da população rural, principalmente para aquela que se dedica diretamente às atividades agrícolas.

Neste primeiro momento, são importantes algumas leituras que, em análises diversas, dão conta desta situação. *A Agricultura Camponesa no Brasil*, de Ariovaldo de OLIVEIRA, e o *Novo Rural Brasileiro*, de José Graziano da SILVA, podem ser algumas indicações.

Com isso, prepara-se o segundo momento onde se trabalhará com as diversas abordagens teóricas utilizadas para compreender a chamada questão agrária e se analisar a evolução e as mudanças de rumos que a discussão tem sofrido. Aí se cobra a primeira leitura para ser discutida em sala. Trata-se dos três primeiros capítulos do livro *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, de Ricardo ABRAMOVAY. Em meu ponto de vista, é fundamental compreender o debate clássico, em suas diversas fases e contextos, como base inicial para a análise posterior das opções políticas e econômicas que se colocam para a sociedade brasileira atual. Há algumas recomendações de leituras extras para aqueles alunos que, interessados, queiram avançar nessa discussão. Aqui entram a coletânea de textos *A Questão Agrária*, organizada por José Graziano da SILVA e Verena STOLCKE, e partes do livro *O Estado, a agro-indústria e a pequena produção*, de John WILKINSON. O que se pretende apresentar é que essa complexidade de análise demonstra que, pelo menos para alguns autores, estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital que se dá tanto pela compra e venda da terra como pela subordinação da “produção camponesa”.

O terceiro momento do curso é, justamente, a discussão sobre a importância da renda da terra como categoria de análise e as formas concretas como se realiza. O pequeno livro-texto contém as definições iniciais; duas leituras servem de sustentação para a discussão. A primeira constitui-se em antigo texto de José de Souza MARTINS intitulado: “A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária”, no qual uma belíssima discussão conceitual “arruma” a cabeça dos alunos. O outro texto é: “A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista”, de Ariovaldo de OLIVEIRA, no qual o autor demonstra como, na realidade, se apresenta esse processo.

Essa discussão nos remete a situações que afetam, por demais, o espaço geográfico. Não só nos permite perceber como se forma o preço geral

da produção agrícola e a importância daqueles locais de piores condições de produção, como favorece a compreensão da “elasticidade” espacial da incorporação ou abandono de áreas com um determinado produto. A produção agrícola pode ser analisada nas diversas escalas em que se manifesta, seja local, regional, nacional ou internacional, através dos diferentes níveis de competição.

É hora de dar um panorama da agricultura brasileira, não só para “costurar” o que foi feito, como para dar sentido aos trabalhos de campo. Este panorama constitui o quarto momento. Aqui enfatiza-se, de início, o quadro estrutural do século XIX, para se entender como se constituiu o mercado de terras e a terra como mercadoria. Depois trata-se das modificações recentes da agricultura brasileira onde se dá destaque a três aspectos: a expansão do latifúndio que tem levado a uma maior concentração de terras; a polarização das relações de trabalho com aumento simultâneo do trabalho assalariado e familiar - pequenos capitalistas e “derrotados da modernização” que vão empunhar diferentes bandeiras de luta; a especialização agrícola e a crescente integração aos CAIs.

Neste momento analisa-se, também, o “debate clássico brasileiro” dos anos 50 aos 70, em que se discutiu as vias de desenvolvimento do capitalismo no campo, e atualiza-se esse debate, mostrando-se as políticas desenvolvidas até agora. Tenta-se demonstrar que, passados mais de cem anos do debate clássico europeu, as questões postas naquela mesa continuaram com poucas modificações. No Brasil de hoje, o debate parece ser entre a valorização das unidades familiares de produção (camponesas?) e atendimento às especificidades dos movimentos sociais rurais (seringueiros, acampados, barrageiros etc), por um lado, ou integrar essas demandas dos trabalhadores rurais a uma proposta de mudança geral da sociedade.

Para aqueles que pensam que as questões postas pelo chamado Debate Clássico há mais de cem anos estão superadas, lembramos que,

mesmo hoje, constituem grandes encruzilhadas para a definição de políticas para a agricultura e para as áreas rurais e se colocam como “fantasmas” para a definição do caráter da reforma agrária no Brasil. Qual o papel da produção familiar no padrão atual da agricultura brasileira e de outros países? Qual o seu papel numa agricultura reformada? Como o Estado vem intervindo e/ou pode intervir na mudança dos padrões técnicos da produção agrícola e na preservação da unidade familiar de produção? Estas e outras questões ainda justificam a sua colocação e, certamente, não terão respostas simples ou imediatas.

As leituras específicas, para se discutir em sala, para este momento, são: “A agricultura brasileira, desenvolvimento e contradições”, de Ariovaldo OLIVEIRA; “A integração agroindustrial, o sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização”, de Maria Cecília do Oliveira IÓRIO; “Escravidão por dívida, uma metáfora agroindustrial?” de Maria Ignez PAULILO; “Reforma agrária e distribuição de renda”, de Ademar ROMEIRO; “O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90”, de Paulo Roberto ALENTEJANO. Com estas leituras amarra-se bastante bem, para o caso brasileiro, aquelas questões apresentadas no primeiro momento, principalmente aquelas relativas ao novo significado do rural e do agrícola no campo brasileiro.

Um quinto momento do curso pode ser a relação agricultura e ecologia, a partir das leituras: *Meio-ambiente e modernização agrícola*, de Ademar ROMEIRO e Fernando ABRANTES e *Questão Agrária e Ecologia* de Francisco GRAZIANO Neto que nos apresentam uma possibilidade de criticar os efeitos dos pacotes tecnológicos e, muitas vezes, a sua inadequação às terras tropicais e do Brasil em particular.

A escolha poderia ser outra, já que há uma enorme produção sobre os conteúdos deste quinto momento do curso.

Para finalizar colocam-se, para discussão, algumas questões integradoras do semestre, não com o intuito de concluir (ato sempre provisó-

rio), mas com a intenção de voltar às reflexões iniciais, agora amparados pelas leituras efetuadas e pelos debates travados em sala de aula. Algumas destas questões podem ser: qual o papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo; como o desenvolvimento técnico impõe uma “vitória” sobre a natureza; como se mantém a pequena produção e a produção familiar (camponesa?), numa estrutura dominada pelos CAIs; a reforma agrária, como instrumento de intervenção na organização do espaço, ainda é uma necessidade; além de outras que surjam.

O importante é ressaltar que, mesmo correndo riscos de confusão teórico-metodológica (quem não os corre?) e oferecendo aos alunos o que alguns podem qualificar como um “balaio de gatos”, prefiro-os a entregar pronto um pacote já fechado em que restará muito pouco de reflexão. Percebo que, ao fim do semestre, os alunos estão mais familiarizados com o conteúdo e prontos para discutir, mais profundamente, alguns recortes temáticos de Geografia Agrária, podendo ir para um curso mais aprofundado de Geografia Agrária do Brasil, caso este conste do currículo.

As novas espacialidades rurais, fruto de uma sociedade que se refaz cotidianamente passam a fazer sentido: o rural e o urbano, como se distinguem? Como se percebe o trabalhador rural/morador urbano, enquanto agente de mudanças? Como as atividades rurais se harmonizam com as atividades desenvolvidas na cidade? Os trabalhadores sem terra, como desenham e constroem novas territorialidades? Enfim, tenta-se mostrar não só a atualidade da questão agrária, mas, mais do que isso, a necessidade de compreender tal problemática, para estabelecer-se linhas de ação futura que levem a uma gestão democrática do espaço (agrário), onde haja lugar para todos, onde não haja excluídos.

Para alguns, estudar o campo e as transformações que ele vivencia pode parecer anacrônico já que, ao que lhes parece, o campo tornar-se-á apenas uma espécie de “museu” demonstrador

de como era "antigamente" a organização da produção.

Para mim, entretanto, nas áreas rurais, apesar de modernizadas e até mesmo urbanizadas (nas mais diferentes concepções de urbanização), se desenrolam processos que têm características específicas e de onde podem vir contribuições para melhor entender a crise do mundo contemporâneo que se manifesta em múltiplas dimensões e em todos os aspectos de nossa existência. Se o fato agrário parece decrescer de importância ou até mesmo deixar de existir, é porque no campo se operam as mais radicais transformações provocadas pelas empresas e conglomerados agroindustriais em seu processo de modernização/industrialização da agricultura, ao mesmo tempo em que se recriam modalidades não-capitalistas de produção, o que amplia a complexidade dos estudos agrários.

Embora este texto esteja voltado para o ensino universitário, serve, também, para os professores de 1º e 2º graus, que, caso pensem ser desejável, podem utilizar algumas das leituras e discussões em suas classes de alunos, principalmente de 2º grau.

RESUMO

Este artigo pretende mostrar como o assunto Geografia Agrária/Rural pode tornar-se mais atraente e útil para os estudantes em geral. O crescimento econômico e o novo paradigma de desenvolvimento têm definido um novo papel para as áreas rurais/agrícolas. Entretanto, a pobreza rural permanece como um fato para grande parte da população do mundo. A análise das diversas faces da pobreza rural e dos processos interligados por ela responsáveis devem ser enfatizados. As ações nacionais e internacionais das empresas do agribusiness; os diversos sistemas de posse da terra e a exploração dos camponeses pobres pelos proprietários (formas capitalistas e não-capitalistas de renda) e pelos intermediários

(atravessadores) demandam novas políticas para as áreas rurais (reforma agrária, tecnologias apropriadas, proteção ambiental etc).

PALAVRAS-CHAVE

Crise Agrária - Pobreza Rural - Sistema de Posse da Terra - Renda Territorial - Agribusiness.

ABSTRACT

This paper intends to show how the subject Rural/Agricultural Geography can become more attractive and useful to the students. Economic growth and the new development paradigm give a new role to the rural/agricultural areas. The rural poverty remains although as a fact for a great part of the world. The analysis of the myriad faces of rural poverty and of the interlinked processes responsible for it, must be emphasized. The national and international action of agribusiness; the land tenure systems and the exploitation of the peasants by the landowners (capitalistic and non-capitalistic forms of land rent) and for the traders, demand new policies for rural areas (land reform, appropriate technologies, environment protection etc).

KEYWORDS

Agrarian Crisis - Rural Poverty - Land Tenure Systems - Land Rent - Agribusiness.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo /Rio de Janeiro /Campinas: Hucitec /Anpocs /Editora da Unicamp. 1992.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. O Sentido da Reforma Agrária no Brasil dos Anos 90. *Boletim Prudentino de Geografia*. Julho de 1996.
- GOODMAN, SORJ, WILKINSON. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- IANNI, Octávio. O Mundo Agrário. In *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IÓRIO, Maria Cecília de Oliveira. A integração agroindustrial: o sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização. In: MARTINS, Heloisa de Souza, Ramalho, José Ricardo (orgs) *Terceirização (diversidade e negociação no mundo do trabalho)*. Hucitec/Cedi/Nets. 1994.
- MARTINS, José de Souza. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária. In: *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar e Mercado de Trabalho. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro. n.8, CPDA, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- _____. A agricultura brasileira, desenvolvimento e contradições. In: Becker, Berta, e outros. *Geografia e Meio-Ambiente no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. *Anais do 4o Congresso Brasileiro de Geografia*. São Paulo. Vol. 1. 1984.
- PAULILO, Maria Ignez - Escravidão por Dívida: uma metáfora agroindustrial? In: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA. v. 21, n. 3, 1991.
- ROMEIRO, Ademar. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: Stédile, João Pedro (org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS/ANCA, 1994.
- _____. e ABRANTES. *Meio-ambiente e modernização agrícola*. (mimeo, s/d).
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In: *Nova Economia*. Belo Horizonte. vol. 7, n.1. 1997.
- _____. e STOLCKE, Verena - *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS/ANCA., 1994.
- WILKINSON, John. *O Estado, a agro-indústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

